



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
CNPJ: 05.115.193/0001-63
Departamento de Controle Interno



PARECER CONTROLE INTERNO

Procedimento Administrativo de Licitação Nº 6/2021-00045.

Interessado: Secretaria Municipal de Administração de São Domingos do Capim.

Modalidade: INEXIGIBILIDADE

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria jurídica especializada na elaboração, acompanhamento, análises de processos licitatórios e contratos, junto a comissão permanente de licitação, pregoeiro (a), equipe e agente de contratação objetivando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim/PA.

Passo à análise dos seguintes atos processuais:

1. Verifico que o processo se encontra devidamente autuado e enumerado, com a descrição sucinta do objeto e a respectiva autorização da autoridade competente, bem como, o pedido acompanhado de descrição detalhada do objeto, o que atende o caput do art. 38 da Lei 8.666/1993;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
CNPJ: 05.115.193/0001-63
Departamento de Controle Interno



Art. 38. "O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente":

2. Consta em fls. 02, regularmente indicado **dotação orçamentária**, na forma exigida pelo art. ,55, V, da Lei 8.666/1993;

Art. 55, V. "o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica"

3. Consta em fls. 11, **autorização** de abertura de procedimento licitatório, devidamente assinada.

4. Consta às fls. 12, **autuação** do processo.

5. **Habilitação e credenciamento da empresa** as fls. 13

6. Consta as fls. 42 a 44 **justificativa da inexigibilidade** que neste processo fundamenta-se no art.25, inciso II, c/c o artigo 13, inciso I e parágrafo único do artigo 26 da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

7. **Parecer jurídico** constante em fls. 45 a 52, o que atende o parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993;

8. **Habilitação Jurídica e Financeira** das empresas fls. 14 a 44.

A análise deste controle verificou que este processo licitatório se encontra em consonância com legislação de regência, motivo pelo qual, manifesto-me pela legalidade do procedimento.

São Domingos do Capim, PA, 30 de agosto de 2021.

Júlio Tadeu Gomes de Oliveira
Controlador Interno



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
CNPJ: 05.115.193/0001-63
Departamento de Controle Interno



Dec. 007/2021